

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE OBSERVAÇÃO NA EJA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PPC DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA¹

Mayara Lucena da Costa

mcooast@gmail.com

Resumo

A escola noturna é a realidade que os licenciandos também do turno noturno irão encontrar durante o estágio. O presente trabalho pretende discutir a maneira pela qual o estágio supervisionado de observação pode contribuir no processo de formação do professor de Geografia e realizar alguns apontamentos com relação à modalidade de Educação de Jovens e Adultos a partir da análise documental do Plano Pedagógico Curricular do curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Os resultados mostraram que a prática pedagógica na instituição é deixada apenas para os anos finais da graduação, desvinculando totalmente a teoria da prática, afetando diretamente na reflexão da prática docente. Com relação à EJA, a modalidade ainda é uma realidade desconhecida dos alunos do curso de Licenciatura em Geografia da UEPB, não sendo discutida no seu decorrer adequadamente, o que dificulta a prática do estágio supervisionado nessa modalidade uma vez que os licenciandos de Geografia deveriam discutir sobre todas as modalidades de ensino que são ofertadas pela escola básica.

Palavras-chave: Estágio em Geografia. Educação de Jovens e Adultos. Projeto Pedagógico Curricular.

Introdução

O trabalho ora apresentado é resultado no trabalho monográfico intitulado “Escola noturna e Estágio Supervisionado em Geografia: uma narrativa de formação docente” que partiu das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado I, componente obrigatório ofertado pelo curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, na cidade de Campina Grande-PB.

O Estágio Supervisionado é uma oportunidade para o licenciando compreender as práticas pedagógicas nas escolas e se preparar para sua inserção profissional. É um momento

¹ Este trabalho é um recorte do TCC “Escola noturna e Estágio Supervisionado em Geografia: uma narrativa de formação docente”.



que privilegia a relação entre teoria e prática, que pode conceber a reflexão em uma maior perspectiva, em que o estagiário tem a possibilidade de analisar os aspectos não só da sala de aula, mas também os que transcendem esse ambiente.

Enquanto estudante do turno noturno, que como a maioria tem de realizar atividades laborais durante todo o dia, a alternativa para campo de estágio é também a escola noturna que oferta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Foi então que, a partir da vivência da prática docente no estágio de observação, surgiu o interesse nesta modalidade de ensino e em refletir sobre a forma como a mesma é abordada durante o decorrer do curso de Licenciatura em Geografia da UEPB.

Para entendimento mais aprofundado deste estágio de observação, aqui neste trabalho, referimo-nos ao Projeto Pedagógico Curricular (PPC) de Geografia da UEPB utilizando o método de análise documental que de acordo com Gil (2002, p.45) “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Ainda segundo o autor, devemos considerar que os documentos são uma fonte rica e estável de dados e que algumas pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes porque proporcionam melhor visão desse problema ou hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios (GIL, 2002).

Assim, este artigo foi estruturado, primeiramente, mediante uma revisão bibliográfica acerca do estágio de observação e sua real importância como ferramenta de formação docente, bem como o estágio na EJA e sua relação com o ensino de Geografia. Por fim, foi realizada uma análise crítica do PPC do curso de licenciatura em Geografia da UEPB com foco no que se estabelece para o Estágio Supervisionado obrigatório na instituição e o que o mesmo aborda sobre a modalidade de EJA.

A prática de observação no estágio supervisionado

Durante sua realização – Estágio Supervisionado I, II e III - o estágio proporciona momentos de observação da prática docente e de regência. Dentro desse pressuposto, a prática de observação torna-se uma grande ferramenta na formação dos futuros professores, não apenas por ser um primeiro contato escolar, mas sim porque tem “o objetivo de mostrar ao licenciando

que a escola é muito complexa, palco de diversas relações sociais nas quais se abrem um leque de problemas e possibilidades que precisam ser trabalhadas e superadas pelo professor” (ZINKE e GOMES, 2015, p. 28653).

Neste sentido, o estágio de observação como primeiro contato do licenciando com a escola, aproxima o aluno da realidade e revela a importância de refletir sobre os dados observados. Assim, a observação, se bem orientada, é capaz de despertar a análise crítica de uma determinada realidade e levar o licenciando a perceber mais a fundo as complexidades do ambiente escolar e da prática docente, tornando esse um momento reflexivo e indispensável para sua formação como professor.

O ato de observar é um instrumento de reflexão essencial à prática docente, através do qual é possível compreender as relações em sala de aula a partir da vivência e absorver inúmeras informações que irão contribuir para uma intervenção pedagógica reflexiva e planejada. Conhecer a realidade escolar e sua organização ainda durante a formação profissional é fundamental e o estágio de prática de observação entra como ferramenta essencial na formação dos futuros professores oferecendo a estes a oportunidade de conhecer e interagir com o meio escolar antes mesmo do estágio de regência.

Tomando como um instrumento de aprendizagem que leva a reflexão e auxilia na construção metodológica do professor de Geografia, Silva e Aragão (2012, p. 58) afirmam que:

A observação é uma ferramenta fundamental no processo de descoberta e compreensão do mundo. O ato de observar pode desencadear muitos outros processos mentais indispensáveis à interpretação do objeto analisado, principalmente se for feito com o compromisso de buscar uma análise profunda dos fenômenos observados.

No entanto, o que por vezes ocorre no estágio de observação, o próprio sentido de observar não é compreendido em sua complexidade e cai na monotonia de apenas descrever aspectos materiais e físicos da escola e/ou das aulas de Geografia. Na verdade, é a partir da observação que o licenciando deve compreender a aula de Geografia em sua totalidade e a assim começar a refletir sobre sua própria prática docente. A observação na sala de aula, em especial,

[...] deve se pautar por uma perspectiva investigativa da realidade [...] Ao mesmo tempo em que as observações servem para compreender as práticas institucionais e as ações na escola, elas balizam as próprias ações do futuro professor, no sentido de facilitar a compreensão da realidade, dos fatos e sua



prática docente, a partir de um olhar crítico e investigativo (BARRETO e GEBRAN, 2006, p. 92 apud GOMES e BRITO, 2016, p. 82).

A pura descrição da materialidade e das aulas, sem uma postura investigativa que conduza à problematização, limita uma reflexão sem aprofundamento e crítica, fazendo o estágio de observação ser visto como uma enfadonha etapa obrigatória a ser cumprida.

Desenvolver a postura investigativa ainda durante o estágio é fundamental, uma vez que é comum a ideia de que o professor da educação básica não precisa pesquisar, que basta ter o domínio dos conteúdos. Porém, essa ideia apenas reforça a imagem do professor como mero transmissor ou repassador de conhecimento. O professor da escola básica deve desenvolver uma atitude investigativa nos seus alunos, e para isso, é necessário que ele mesmo tenha aprendido e dominado a habilidade de produzir pesquisa, pois ela é, ao mesmo tempo, instrumento de ensino e conteúdo da aprendizagem.

Portanto, a prática de observação não deve ser tida como sem sentido e/ou finalidade, na verdade, o ato de observar é indispensável na formação do professor, pois é durante esse momento que ele poderá perceber quão complexo é o ambiente escolar, as relações sociais que se fazem presentes e também os diversos problemas e as possibilidades a serem trabalhadas e superadas, e assim, poder refletir acerca da educação escolar e sua atuação pedagógica.

Sobre se pensar o estágio contextualizado à realidade escolar, no tópico a seguir vamos refletir sobre a modalidade da EJA e suas especificidades e o ensino de Geografia.

EJA, estágio noturno, e o ensino de Geografia

Para os licenciandos do turno noturno, que em sua maioria, trabalham durante o dia, só lhes resta realizar o estágio na EJA, uma modalidade de ensino trabalhada superficialmente ao longo do curso de licenciatura, o que leva a muitos preconceitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 aborda a EJA como modalidade “[...] destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996, s/p), ou seja, o objetivo dessa modalidade é ser uma educação de equiparação e integração, que visa acelerar o processo de escolarização.

A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire, que segundo Nascimento (2013), coordenou os projetos de alfabetização de jovens e adultos e se tornou exemplo e inspiração na América Latina e na África, de gerações de professores, militantes políticos, teólogos e cientistas sociais. A metodologia de Paulo Freire contraria a tradição em que o professor é o dono do saber, para ele, o conhecimento é uma troca mútua de experiências em que tanto os alunos como o professor aprendem; o aluno deve ir além de aprender a ler e escrever e dar continuidade aos estudos, e nesse processo, deve ocorrer à interação professor-aluno considerando o contexto sociocultural do aluno e sua realidade.

Os estudantes da EJA são, geralmente, trabalhadores que vivem de subempregos ou estão fora do mercado de trabalho e em busca de qualificação, que abandonaram o estudo por motivos pessoais, como cansaço oriundo da rotina trabalho-estudo, ou, pelas próprias deficiências do sistema educacional, através de metodologias e recursos pedagógicos inapropriados. Portanto, os objetivos dos alunos da EJA são diferentes dos alunos do ensino regular, eles buscam melhores oportunidades no mercado de trabalho para ter uma melhor qualidade de vida para si e para família.

Segundo Ferreira (2008, p. 6) a função dessa modalidade de ensino é “[...] atender prioritariamente, à classe trabalhadora, portanto, a EJA não pode ser pensada de forma desarticulada do mundo do trabalho”. Assim, os objetivos da EJA e os objetivos dos alunos dirigem-se para um ponto em comum, temos o sistema almejando formar trabalhadores mais capacitados e estudantes que buscam uma melhor qualidade de vida, ou simplesmente manter o emprego que já possuem. Essa relação entre escolaridade e organização social é notória com a mudança do perfil de mercado, pois a empregabilidade atualmente só é garantida por meio da escolaridade.

Os alunos da EJA também não são mais crianças, são pessoas que já possuem experiência e conhecimentos informais acumulados no decorrer da vida. Além disso, por serem “alunos atrasados” alguns se sentem incapazes e possuem baixa autoestima. Os professores devem compreender a realidade de seus alunos e considerar que na sua maioria, são trabalhadores estudando fora do tempo adequado, mas isso não quer dizer que os alunos da EJA devem ser tratados com compadecimento ou que o desenvolvimento do ensino para eles deve ser feito de forma descansada, como ocorre nas escolas.



Eis então um desafio a observar: como desenvolver uma visão crítica nos alunos que buscam apenas qualificação para o mercado de trabalho? É perceptível a falta de incentivo dos professores da EJA para com seus alunos, por acharem que eles possuem um raciocínio mais lento são muitas vezes tratados como crianças, quando na verdade, é possível ter um ensino compatível com os alunos dessa modalidade, um ensino articulado ao mundo do trabalho, mas que também pode desenvolver uma visão crítica nos alunos.

De acordo com Machado e Mattos:

“O processo ensino aprendizagem com jovens e adultos pressupõe que o educador tenha humildade de aceitar os conhecimentos já adquiridos pelos alunos e tolerância para articular os conhecimentos trazidos por eles com os que pretende transmitir”. (2014, p. 6)

Portanto, para que a aprendizagem ocorra de forma significativa, ela deve partir dos interesses, do conhecimento prévio e das experiências dos alunos, unindo assim novos conhecimentos à bagagem cognitiva do indivíduo.

Mais importante do que repassar conteúdos é desenvolver nos alunos uma nova maneira de observar a sua realidade. O professor ao trazer a vivência dos alunos, facilita o processo de aprendizagem não apenas na EJA, mas em qualquer modalidade de ensino, porém, para os alunos da EJA que possuem mais experiência de vida e conhecimentos mais diversos, isso pode enriquecer ainda mais o ensino.

Para Ferreira (2008, p. 11):

[...] em sala de aula, o importante não é depositar conteúdos, mas despertar uma nova relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno, reconhecê-lo como indivíduo no contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos. Possibilitar uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada.

O grande desafio para o professor é se adequar ao público dessa modalidade e abordá-los com atividades mais significativas e menos fragmentadas, principalmente, quando não há nada relacionado a teorias e metodologias centradas no ensino na EJA durante o decorrer do curso que licenciatura. Como consequência dessa falta de embasamento teórico-metodológico na formação, o professor termina por construir sua identidade de educador da EJA na prática, resultando na maioria das vezes em um professor com práticas tradicionais, e/ou um professor

que não tem compromisso com seu trabalho, pois tem a EJA como um processo de ensino mais “simples e descansado”.

Em vista disso, percebeu-se durante o estágio de observação na EJA, à necessidade com relação a uma preparação docente mais específica para lecionar nessa modalidade de ensino. O professor desta não deve ser rápido demais no seu ensinar, nem tampouco lento demais, duvidando da capacidade de aprendizagem dos alunos. O profissional docente deve ter empatia e compreender a vivência dos alunos e ter a ciência das especificidades que a EJA possui, para assim, adaptar-se a elas tornando a aprendizagem relevante para os alunos. O professor na EJA deve ir além da reprodução de conteúdos e ser um mediador entre aluno e conhecimento, orientando o discente em sua própria construção fazendo perceber-se como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Pires (2012, p. 8) “o ato de aprender e ensinar deve ter como alicerce a curiosidade [que desperta o desejo de aprender, de ver, de saber, de conhecer e de investigar o desconhecido], a criatividade e o prazer na apropriação do conhecimento”. É necessário despertar o interesse do aluno para a ciência geográfica, fazendo uso de diferentes metodologias e práticas que permitam ter o conhecimento do mundo e suas diversidades, assimilar a relação entre sociedade e natureza, perceber e analisar as ações dos indivíduos, etc.

Então, como despertar o interesse de alunos já maduros que estão totalmente voltados para o mercado de trabalho? Além de trazer a realidade de cada aluno para contribuir com as aulas como já foi dito, existem outras formas de se trabalhar na EJA mesmo sem tantos recursos disponíveis, como contextualizar os conteúdos com músicas, charges, mapas e notícias, incentivando a interpretação e a análise, fazendo os alunos relacionar os conteúdos com seu cotidiano.

Os estudantes da EJA não aprendem da mesma forma que as crianças, mas isso não quer dizer que irão aprender com práticas mnemônicas e enfadonhas que não possuem significado algum. O adulto não volta à escola para aprender o que deveria ter aprendido quando criança, mas sim porque o atual mercado de trabalho exige qualificação. Uma vez que o corpo discente da EJA é constituído basicamente de trabalhadores, ao invés de apenas atentar-se para que o aluno conclua o ensino básico e comprove sua escolaridade para ocupar uma função no mercado, é fundamental que o professor de Geografia problematize as condições dos



trabalhadores e instigue o pensamento crítico e atuante dos educandos, visto que a Geografia procura analisar e compreender os diversos processos e dinâmicas do espaço.

Para que isto se efetive, se faz urgente que a EJA entre na pauta de discussão teórica e reflexiva dos componentes curriculares práticos dos cursos de Geografia. A escola noturna é uma realidade problemática e pouco discutida durante o curso, o que empobrece o estágio, principalmente daqueles que tem a escola noturna como único lócus de realização da prática. Acerca disso, iremos agora analisar de forma crítica, o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de licenciatura em Geografia da UEPB com foco no que é estabelecido para o estágio de observação e a modalidade de ensino da EJA.

Análise do PPC do curso de Geografia da UEPB

Segundo o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, o Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório, que tem como objetivo o aprendizado de competências e habilidades profissionais que promovam a contextualização curricular e a articulação entre teoria e prática, através da vivência profissional de regência dos alunos nas instituições de ensino. Este documento destaca ainda que os estágios devem ser realizados preferencialmente na rede pública de ensino, mas também podem ser desenvolvidos em espaços alternativos que possuam atividades educativas ou voltados para esse fim.

Esse componente é dividido em Estágio Supervisionado em Geografia I, II e III, sendo realizado a partir da segunda metade do curso, ou seja, nos últimos três períodos. A carga horária destinada ao Estágio Supervisionado é de 405 horas no total, divididas entre atividades teóricas, práticas e práticas orientadas pelo (a) professor (a) da disciplina. Como são componentes curriculares obrigatórios, o cumprimento das horas é necessário para obtenção do diploma de licenciado em Geografia ao fim curso.

No Estágio Supervisionado I – ES I, a carga horária total é de 105 horas e essa primeira etapa é voltada à observação. O estagiário deverá observar a atuação do professor de Geografia da escola em que realizará o estágio, buscando analisar a prática escolar com base na didática e teoria de ensino de Geografia. Segundo o documento analisado, o objetivo do ES I não é criticar as metodologias dos professores regentes, nem tampouco que a observação seja um ato

superficial e sem sentido, mas sim, que os estagiários desenvolvam o olhar e a vivência da realidade escolar bem como o planejamento de ensino na educação básica. No fim da disciplina, os estagiários devem apresentar um relatório das atividades desenvolvidas a partir da observação do cotidiano escolar.

Já os Estágios Supervisionados II e III, se configuram em momentos de realização de regência de aulas, realizados respectivamente no ensino fundamental e médio, cada um com carga horária total de 150 horas. Ao término de cada componente, o (a) professor (a) orientador (a) cobra um relatório que também poderá ser adequado e apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC².

O PPC ainda destaca que o (a) professor (a) orientador (a) tem autonomia para tratar das questões específicas da disciplina, e destaca as atribuições do mesmo no componente, como visitar as escolas em que os alunos estão estagiando (não necessariamente para assistir as aulas, mas para fazer visitas ao ambiente escolar) e acompanhar o desenvolvimento das atividades concernentes aos estágios, avaliando e auxiliando no que for necessário para alcançar os objetivos propostos.

É importante que a estrutura curricular de um curso de licenciatura almeje à formação de um professor contextualizado para que assim, o aluno possa desenvolver habilidades e capacidades, e melhorar sua prática constantemente. O documento analisado afirma que “[...] o atual currículo do curso de Geografia apresenta como principal eixo organizador e articulador de seus conteúdos as práticas pedagógicas voltadas para o ensino de geografia na educação básica” (2016, p.37).

A Educação Básica abrange além do ensino fundamental e médio as seguintes modalidades de ensino: I - Educação de Jovens e Adultos; II - Educação Especial; III - Educação Profissional e Técnica, IV - Educação Básica do Campo; V - Educação Escolar Indígena; VI - Educação a Distância; e VII - Educação Escolar Quilombola. Porém, analisando o projeto do curso, é possível perceber que o mesmo não contempla nenhuma dessas modalidades de ensino.

Voltando atenção em especial para a EJA, pelos motivos já elencados, o PPC analisado não compreende esta modalidade de ensino de forma específica em nenhuma das disciplinas

² No curso de Geografia da UEPB o Trabalho de Conclusão de Curso pode ser apresentado no formato de monografia, artigo científico ou relatório de estágio.



obrigatórias, tampouco nas disciplinas optativas. A maioria das disciplinas obrigatórias e/ou optativas privilegia os conhecimentos e as etapas direcionadas ao ensino fundamental e o médio deixando a discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos de fora ou tratada de forma tímida.

No que se refere à relação teoria-prática, o PPC deixa evidente que cada disciplina específica deve contemplar 8 horas de prática pedagógica, no entanto, esta na maioria das vezes fica na responsabilidade dos componentes de Metodologia do Ensino de Geografia I e II e dos estágios, estes já nos semestres finais do curso, geralmente desvinculados das outras atividades. Assim, o desenvolvimento do estágio termina por se dar de forma burocrática, como cumprimento de carga-horária necessária, sem uma reflexão efetiva do ambiente escolar e desafios da atividade docente.

Este não é um problema sintomático só do curso de Geografia da UEPB, mas dos cursos de formação de professores de uma maneira geral, o que o torna um dos pontos que mais fragiliza esta formação. Segundo Souza (2013) a própria carga horária exigida atualmente para os estágios – 405 horas no total – é um desafio, devendo esta ser mais bem distribuída, com atividades que contribuam na apreensão do espaço escolar, da dinâmica em sala de aula, e nessa dinâmica, aprender o próprio ensino da Geografia tendo a escola como referência. Para tanto,

[...] são convergentes as ideias em torno da necessidade de maior associação entre a pesquisa e o ensino na formação de professores, a necessidade de uma maior articulação entre teoria e prática e a necessidade de se construir um currículo menos fragmentado e que articule melhor as áreas essenciais para a formação do professor. Tais convergências podem ser efetivadas nos conteúdos das didáticas da Geografia, nas metodologias de ensino da disciplina, nas práticas de ensino de Geografia e nos estágios supervisionados. Esses são considerados campos curriculares centrais na formação do professor de Geografia. (SOUZA, 2013, p. 107)

Partindo do que diz o autor supracitado, observou-se que o PPC do curso de Geografia da UEPB divide as horas do Estágio Supervisionado em atividades teóricas, práticas e práticas orientadas pelo (a) professor (a) da disciplina. Esta divisão pode trazer uma visão simplista da distribuição da carga-horária, deixando de especificar algumas atividades que poderiam ser realizadas, como por exemplo:

- Analisar projetos pedagógicos das escolas;

- Analisar, também, projetos de pesquisa que estão dentro da temática de ensino de Geografia;
- Desenvolver atividades relacionadas ao livro didático;
- Elaborar planejamentos e atividades avaliativas.

Atividades como estas apontadas são de fundamental importância uma vez que os estudantes vão para o Estágio Supervisionado sem ter real dimensão do que é o ambiente escolar pela ótica docente. Outras questões práticas ficam a desejar como a análise, escolha e instrumentação do livro didático, a elaboração de questões avaliativas pertinentes tanto para o ensino fundamental quanto para o médio - inclusive, em algumas escolas, na entrevista de emprego é pedido ao candidato que elabore uma atividade avaliativa como requisito para aprovação na vaga.

Toda esta problemática se intensifica nas turmas do ensino noturno, que além da carga-horária que fica prejudicada, conta com estudantes que trabalham durante o dia e dispõem apenas desse horário para frequentarem o curso superior e, conseqüentemente, realizarem as atividades de caráter prático, como o estágio supervisionado.

Ao trazer para o rol de discussão questões como as apontadas anteriormente, pensasse que o estágio supervisionado seria mais bem aproveitado, preparando de fato o licenciando para o ambiente escolar e assim lhe proporcionando de forma efetiva a formação de um professor reflexivo, capaz de desenvolver habilidades com base em suas experiências, evoluindo assim, em sua prática.

Considerações finais

O estágio supervisionado de observação é o primeiro contato efetivo com a realidade escolar, e é também um componente curricular por diversas vezes subestimado, mas de grande importância para formação do professor. O exercício da observação é capaz de despertar a reflexão dos dados de forma crítica e levar o licenciando a perceber mais a fundo as complexidades do ambiente escolar e da prática docente, tornando esse um momento reflexivo e indispensável para sua formação como professor. Assim, o ato de observar é necessário à



formação pedagógica, pois possibilita a compreensão do ambiente escolar em sua complexidade, as relações sociais envolvidas e os diversos problemas e as possibilidades a serem trabalhadas e superadas,

Os estudantes de licenciatura em Geografia do turno noturno costumam realizar seus estágios na Educação de Jovens e Adultos devido à realização de trabalhos laborais durante o dia. A EJA é uma realidade ainda pouco conhecida dos alunos de graduação devido a pouca discussão no decorrer do curso acerca da modalidade, o que faz com que os licenciandos criem preconceitos e não saibam como agir na prática.

Através do Estágio Supervisionado é possível ir além da vivência no ambiente escolar e refletir sobre a realidade dos educandos da EJA enquanto alunos trabalhadores e voltados para o mercado de trabalho, mas ainda assim, cidadãos com direitos e deveres garantidos por lei e indivíduos que capazes de desenvolver uma reflexão crítica do meio em que vivem e serem sujeitos ativos na sociedade podendo colaborar para transformação da mesma. Essa modalidade, portanto, deve ser vista como uma educação desenvolvedora e integradora do indivíduo, antes segregado pela sua situação de formação educacional na sociedade.

Analisando o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba notou-se a separação entre teoria e prática. Na realidade, as horas de prática são realizadas apenas pelas disciplinas de Metodologia do Ensino de Geografia I e II e dos estágios, estes já nos semestres finais do curso, geralmente desvinculados das outras atividades.

Para uma boa base de formação profissional docente, é necessário saber que se deve articular a teoria à prática, pois, um professor não é formado apenas pela experiência em sala de aula nem tampouco apenas pelas teorias absorvidas na academia. Quando o professor tem ciência de que o saber e o fazer se relacionam e interdependem, o profissional estará sempre procurando a sua autorreflexão, pois a teoria por si só não tem o poder de modificar a realidade e a prática sem base teórica é impedida de ser refletida, adaptada e melhorada.

Com relação à Educação de Jovens e Adultos, o PPC não compreende esta modalidade de ensino de forma específica em nenhuma das disciplinas obrigatórias, tampouco nas disciplinas optativas. Na realidade, grande parte das disciplinas obrigatórias e/ou optativas privilegia os conhecimentos e as etapas direcionadas ao ensino fundamental e o médio deixando a discussão sobre a EJA de fora ou tratada de timidamente.

O maior desafio para o licenciando durante sua prática é se adequar ao público dessa modalidade e abordá-los com atividades mais significativas e menos fragmentadas, principalmente, devido à necessidade de maior embasamento teórico-metodológico na formação. Assim, acreditamos que a EJA como modalidade de educação básica, tão comum quanto o ensino fundamental e o médio, também deve ser uma realidade trabalhada no curso de Licenciatura em Geografia, bem como outras modalidades também esquecidas pela Universidade. Além disso, acreditamos que também seja necessária uma preparação docente específica para lecionar nessa modalidade de ensino. Portanto se faz urgente que a EJA entre na pauta de discussão teórica e reflexiva dos componentes curriculares práticos dos cursos de Geografia não só da UEPB, mas das Universidades em geral.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

FERREIRA, D. C. **Caderno Temático sobre a EJA (Educação de Jovens e Adultos)**, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1711-6.pdf>> Acesso em: 26 de Out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, J. G.; BRITO, G. Q. Estágio supervisionado em geografia: reflexões e críticas acerca de uma experiência vivenciada. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais** ISSN-e 2178-0463. Fortaleza-CE, v. 7, n. 13, p. 77-87, jul.dez 2016. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5736923>>. Acesso em: 2 out. 2018.

MACHADO, Vanessa C.; MATTOS, Mayra de. Ensino de geografia na educação de jovens e adultos. In: FERRETTI, Orlando; CUSTÓDIO, Gabriela A. (orgs). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II: segundo semestre de 2013**. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2014.<http://nepegeo.ufsc.br/files/2014/06/ARTIGO-Vanessa-e-Mayra.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.

PIRES, L. M. Ensino de Geografia: Cotidiano, práticas e saberes. In: **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**, UNICAMP, Campinas-SP, 2012. Acesso em: 10 Out. 2018.

SILVA, N. M.; ARAGAO, R. F. A observação como prática pedagógica no ensino de geografia. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais** ISSN-e 2178-0463. Fortaleza-



**14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
Políticas, Linguagens e Trajetórias**

Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019

CE, v. 3, n. 6, p. 50-59, jul.dez 2012. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5736923>>. Acesso em: 2 out. 2018.

SOUZA, V.C. Desafios do estágio supervisionado do professor de Geografia. IN: ALBUQUERQUE, Maria Adailza M.; FERREIRA, Joseane A. S. (Orgs.) **Formação, pesquisas e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Mídia, 2013, p. 105-130. Acesso em: 12 out. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Disponível em: ><http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/0145-2016-PPC-Campus-I-CEDUC-Geografia-ANEXO.pdf><. Acesso em: 12 out. 2018.

ZINKE, I.A.; GOMES, Diana. A prática de observação e sua importância na formação do professor de Geografia. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE. **Anais eletrônicos**. Curitiba-PR, 2015. 28653-28663 p. Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18655_7820.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2018.